

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 18/2012-CJF
PROCESSO CF-EOF-2012/00195
MENOR PREÇO POR LOTE**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA COPA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS VEÍCULOS OFICIAIS E INSTALAÇÕES PREDIAIS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL.

Recebimento das propostas: até às 13:45 horas do dia 24 de maio de 2012

Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 24 de maio de 2012

Início da disputa de preços: às 14:15 horas do dia 24 de maio de 2012

PREÂMBULO

- 1. DO OBJETO**
- 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 3. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES**
- 4. DAS PROPOSTAS**
- 5. DA HABILITAÇÃO**
- 6. DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E DO JULGAMENTO**
- 7. DA CONTRATAÇÃO**
- 8. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**
- 9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 10. DAS PENALIDADES**
- 11. DO RECURSO, DA REPRESENTAÇÃO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**
- 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

ANEXO I– ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA/ PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 18/2012-CJF
PROCESSO CF-EOF-2012/00195
MENOR PREÇO POR LOTE**

O **Conselho da Justiça Federal** por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 183 de 15 de outubro de 2010, da Senhora Secretária-Geral, torna público, para ciência dos interessados, que, **às 14:00 horas**, hora de Brasília, **do dia 24 de maio de 2012**, por meio do endereço eletrônico WWW.LICITACOES-E.COM.BR, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, utilizando os recursos de tecnologia da informação - Internet. O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, e subsidiariamente a **Lei n.º 8.666**, de 21 de junho de 1993 e alterações, no **Decreto n.º 3.931/2001**, alterado pelo Decreto n.º **4.342/2002** e suas alterações, independente de transcrição, bem como nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

Recebimento das propostas: até às 13:45 horas do dia 24 de maio de 2012

Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 24 de maio de 2012

Início da disputa de preços: às 14:15 horas do dia 24 de maio de 2012

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o Registro de Preços para eventual Fornecimento de materiais para copa, conservação e limpeza dos veículos oficiais e instalações prediais, em estrita conformidade com as condições e quantitativos estabelecidos neste Edital e nos seus Anexos I - Planilha de Formação de Preços e II – Minuta da Ata.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico quaisquer interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e estiverem previamente credenciados junto ao Banco do Brasil S.A., em qualquer agência sediada no país, não sendo necessário ser cliente do BB, para acesso ao sistema eletrônico, dispendo de chave de identificação e senha pessoal.

2.1.1. Para obtenção de chave e senha para seus representantes, as pessoas jurídicas ou físicas deverão dirigir-se a qualquer agência do Banco do Brasil S.A., apresentando procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar os demais atos e operações no “LICITACOES-E”.

2.1.2. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.1.3. A chave de identificação e a senha terão validades determinadas pelo Banco do Brasil S.A. e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado

no “LICITACOES-E”, sendo necessárias para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado.

2.1.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção da capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.1.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Conselho da Justiça Federal ou ao Banco do Brasil S.A., a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Não será permitida a participação de firma em consórcio ou em processo de falência ou concordata ou que se encontre incurso na penalidade prevista no Art. 87, incisos III (no CJF) e IV (imposta por órgão ou entidade da Administração Pública), da Lei 8.666/93.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3 – DO PROCEDIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

3.2. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

3.3. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4 – DAS AMOSTRAS

4.1. A licitante que ofertar o menor preço deverá, obrigatoriamente, apresentar quando solicitado, amostra dos itens cotados, constantes do ANEXO I deste Edital, **no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas**. A amostra deverá ser entregue na Seção de Serviços Gerais, situada no SCES LOTE 09, TRECHO III, PÓLO 08, ED. DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, em dias úteis, no horário das 8:00 às 18:00 h. ou em outro local, em Brasília, determinado pelo Pregoeiro.

4.1.1. A licitante que não apresentar a amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do Edital será desclassificada em relação aos lotes em que constem os itens. Não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação do Edital.

4.1.2. A amostra será analisada pela Seção de Almoxarifado, auxiliado, quando necessário, pelo setor requisitante do material, com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades do Conselho da Justiça

Federal, segundo o exclusivo critério de sua compatibilidade com a especificação de cada item, constantes do ANEXO I deste Edital.

- 4.1.3.** A amostra deverá ser apresentada em sua embalagem original, lacrada, identificada com o número do Pregão, o número do lote, o CNPJ e o nome ou razão social da licitante.
- 4.1.4.** Os materiais apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, receber cortes, seções ou vincos, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica.
- 4.1.5.** Quando o material for suprimentos ou componentes de informática, os mesmos serão encaminhados a Secretaria de Tecnologia da Informação, para aprovação e a confirmação das especificações técnicas.
- 4.2.** A sessão ficará suspensa até a análise das amostras conforme indicado no item 4.1.2, que encaminhará relatório da análise das amostras ao Pregoeiro.
- 4.3.** As amostras apresentadas não farão parte do fornecimento, devendo ser retiradas em até 15 (quinze) dias corridos, contados o laudo de análise emitido pelo setor solicitante.

4.3.1. Após esse prazo, o CJF descartará ou aproveitará as amostras, de acordo com sua conveniência e oportunidade, não cabendo às licitantes requerê-las.

5 – DAS PROPOSTAS

5.1. A licitante deverá **PREENCHER EM CAMPO APROPRIADO NO SISTEMA ELETRÔNICO**, os seguintes itens:

- a)** No campo “informações adicionais” deverá ser inserida a descrição dos materiais cotados;
- b)** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e do Decreto nº 6.204, de 05/09/2007 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei e do citado Decreto, é necessário que a licitante informe a sua condição de ME ou EPP;
- c)** No campo “**Valor do Lote**”, informar o **PREÇO TOTAL DO LOTE**, devendo ser expresso em Reais, com 2 (duas) casas decimais, já incluído tributos, fretes, taxas, seguros e outras despesas incidentes.

5.2. Na elaboração da proposta, deverão ser considerados os seguintes requisitos:

- a)** CONTER as especificações de forma clara e detalhada do material cotado, informando marca, modelo ou referência, que deverão estar de acordo com as exigências constantes do ANEXO I – Planilha de Formação de Preços;
- b)** INFORMAR o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60** (sessenta) dias corridos, contados a partir do dia subsequente ao da data de entrega das propostas;
- c)** INFORMAR o prazo de entrega dos materiais que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias, contados a partir da solicitação de fornecimento;

d) INFORMAR que os produtos sujeitos a prazo de validade, só serão entregues antes de decorridos 1/3 (um terço) do limite final estabelecido pelo fabricante.

5.3. No caso de os prazos de validade da proposta e entrega dos materiais, serem omitidos na proposta, o Pregoeiro entenderá como sendo igual ao previsto, respectivamente, nos **itens 5.2. “b” e “c”**.

5.5. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.6. Não serão consideradas vantagens não previstas no Edital ou ainda baseadas em ofertas dos demais licitantes.

5.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, às condições de pagamento, aos prazos ou a outra condição que importe modificação dos termos originais, a não ser erros de soma e/ou multiplicação.

5.8. Não caberá desistência da proposta após a fase de habilitação, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.9. Cada representante só poderá representar uma única empresa

6 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. No horário previsto neste Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro à avaliação da aceitabilidade das mesmas, classificando-as.

6.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

6.3. Os lances serão ofertados sobre o **VALOR TOTAL DO LOTE**.

6.4. A cada lance ofertado, a licitante será, imediatamente, informada de seu recebimento, respectivo horário de registro e o valor.

6.5. O tempo normal de disputa dos lances será encerrado por decisão do Pregoeiro. Após o encerramento deste prazo, transcorrerá o acréscimo de tempo extra, determinado aleatoriamente pelo sistema, que será de no máximo 30 (trinta) minutos.

6.5.1. Transcorrido o acréscimo de tempo extra, o sistema identificará a existência da situação de empate, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e Decreto n.º 6.204, de 05/09/2007, informando o nome da licitante. O Pregoeiro convocará a licitante em situação de empate que poderá ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos. Não havendo manifestação da licitante convocada, o sistema verificará se há outra licitante em situação de empate, realizando o chamado automaticamente. Não havendo mais nenhuma licitante, o Pregoeiro encerrará a disputa do lote, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.5.2 - O disposto no subitem anterior somente se aplica quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.6. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora dos lances as demais licitantes.

6.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível as licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

6.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação as licitantes.

6.10. Antes de anunciar a vencedora, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente à licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

6.11. O sistema informará o menor lance imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, se for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro sobre a aceitação do lance de menor valor.

6.12. Se o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de um lance que atenda o Edital, adotando o procedimento mencionado no subitem anterior.

6.13. Após a fase de lances, por ocasião da aceitação das propostas, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(o) encaminhar proposta de preços contendo a(s) especificações(ões) detalhadas(s) dos materiais ofertados, a(s) quantidades(s), a(s) Marc(s)/modelo(s), o(s) valor(es) unitários(s) e total(is), bem como os prazos de validade e de entrega, no que for aplicável, em conformidade com o Anexo I deste Edital, preferencialmente pelo sistema eletrônico do Banco do Brasil S.A., pelo e-mail cpl@cjf.jus.br ou por fax (0xx61) 3022 7512, no prazo máximo de 2 (duas) horas.

6.13.1 O não envio do anexo referido no item acima implicará a desclassificação da licitante.

6.14. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado à licitante de menor preço.

6.15. No caso de empate entre duas ou mais propostas e, não havendo lances, o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio, para o qual serão convocados todas as licitantes.

6.16. O sistema disponibilizará relatórios e ata circunstanciada, que poderão ser impressos pelas licitantes.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1. A Documentação para Habilitação deverá ser enviada preferencialmente pelo sistema eletrônico do Banco do Brasil S.A., pelo e-mail cpl@cjf.jus.br ou por fax (0xx61) 3022 7512, no prazo máximo de 2 (duas) horas, obrigatoriamente, a contar da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação, com posterior encaminhamento dos originais, ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis para o seguinte endereço: **SCES, LOTE 09, TRECHO III, POLO 08, 1º Andar, Sala 103, Brasília-DF, CEP 70200-003.**

7.1.1. Os prazos acima poderão ser prorrogados quando houver justificativa para tanto.

7.2. As licitantes deverão apresentar a documentação citada nos subitens seguintes, de acordo com as **opções** nelas oferecidas.

7.3. As licitantes poderão apresentar o seu cadastro no SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores desde que estejam em situação regular perante o mesmo. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da licitante que optar por prestar suas informações mediante o SICAF será confirmada por meio de consulta “on line”, quando da abertura dos envelopes contendo a documentação.

7.4. Caso a licitante queira, poderá, alternativamente, apresentar:

7.4.1. Certificado de Registro Cadastral – CRC, em plena validade e expedido em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, por qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, juntamente com a Certidão de Tributos e Contribuições Federais; Certidão Negativa de Débito - CND e Certificado de Regularidade do FGTS-CRF.

7.5. Se preferir, poderá apresentar a documentação a seguir:

7.5.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Registro comercial, no caso de empresa individual; **ou**

II – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; **ou**

III – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício; **ou ainda**

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

7.5.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL:

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (**CNPJ**).

II – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

III – Prova de regularidade com a Fazenda Federal mediante os seguintes documentos:

- a) Certidão Quanto à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais.

IV – Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital**.

V – Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, no caso de empresas de fora de Brasília.

VI – Prova de regularidade relativa à seguridade social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante os seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito (**CND**) do **INSS**;
- b) Certificado de Regularidade do **FGTS (CRF)**.

7.5.3. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA:

I – Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, compostas, no mínimo, do Balanco Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios.

I.1. As Demonstrações Contábeis deverão:

- a) corresponder fielmente àquelas registradas e elaboradas com base na escrituração dos livros “Diário” e “Razão”, autenticados no Órgão de Registro Público competente;
- b) apresentar as assinaturas do titular ou representante legal da empresa e do contabilista responsável, legalmente habilitado.

I.2. As empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência contida no **inciso I**, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

I.3. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as Demonstrações Contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

II. A análise da qualificação econômico-financeira será feita por Contador(es) designado(s) pelo Conselho da Justiça Federal, utilizando os seguintes índices:

II.1. Liquidez Geral (LG)

II.2. Solvência Geral (SG)

II.3. Liquidez Corrente (LC)

Onde:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

II.4. As empresas que apresentarem qualquer um dos três índices acima citados menor que 1,00 deverão comprovar patrimônio líquido no valor de 10% do valor de contrato.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS ÍNDICES

Os índices contábeis escolhidos para fins de verificação da qualificação econômico-financeira, são aqueles usualmente adotados.

Os referidos índices, que indicam o nível de **solvência e liquidez**, são suficientes para a avaliação da situação financeira das empresas, diante das limitações legais impostas, no que se refere aos demonstrativos sujeitos à análise econômico-financeira (Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício), bem como à vedação de exigências de índices econômicos.

Desse modo, com base nos índices retromencionados, poderá ser avaliada a situação financeira da empresa, objetivando comprovar a sua capacidade de saldar os compromissos decorrentes de futuras contratações.

7.6. Além da apresentação do cadastro do SICAF; CRC ou toda a documentação prevista deverão ser, também, apresentados os seguintes documentos:

a) Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a.1) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada que comprove ter fornecido materiais iguais ou semelhantes com o objeto da presente licitação, nos termos da Lei.

b) DECLARAR, mediante documento firmado pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

c) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da pessoa jurídica.

c.1) estando a licitante instalada em localidade com mais de um cartório de distribuição deverá apresentar certidões relativas a cada um.

d) Declaração de fato SUPERVENIENTE, se for o caso, que impeça a sua habilitação, assinada por seu representante ou procurador, devidamente identificado;

e) Declaração de que os produtos fornecidos estão de acordo com a legislação ambiental e sanitária vigente, bem como aos padrões determinados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia Normatização e Qualidade Industrial - CONMETRO, nos termos do inciso VII do artigo 39 da Lei 8.078/1990.

f) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT nos termos **Lei nº 12.440/2011** e à **Resolução Administrativa TST nº 1470/2011**, expedida no site do TST que certificará que a empresa, e todas as suas filias, agências e estabelecimentos, não possuem débitos trabalhistas, sendo expedida gratuita e eletronicamente no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho

(www.tst.jus.br), com acesso também pelos sítios eletrônicos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.csjt.jus.br) e dos Tribunais Regionais do Trabalho. Para verificação de sua autenticidade, as certidões expedidas poderão ser validadas nesses mesmos sítios eletrônicos.

g) APRESENTAR, caso solicitado, quando da assinatura da Ata, contrato social ou documento equivalente.

7.7 Será verificada ainda, durante a fase de habilitação, a existência de registros impeditivos em nome da empresa classificada em primeiro lugar junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, conforme Acórdão 1793/2011 do TCU.

7.8 Conforme regem os artigos 42 e 43, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.8.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.8.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas, quando serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.9. Toda a documentação apresentada pelo licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente prestará o serviço, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND, relativa ao INSS, e do CRF, relativo ao FGTS (desde que comprove que o recolhimento do FGTS é centralizado) e da documentação relativa à qualificação técnica, que poderá ser da matriz ou de uma filial.

7.10. As certidões e os comprovantes solicitados (**exceto** os atestados de capacidade técnica, conforme o art. 30, II, parágrafo 5º, da Lei 8.666/93) deverão estar no **prazo de validade** neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos **até 06 (seis) meses**, contados da data de sua emissão, se não houver disposição legal em contrário.

8 – DA CONTRATAÇÃO

8.1. Após homologado o resultado desta licitação, o Conselho da Justiça Federal, por intermédio da Subsecretaria de Material e Patrimônio convocará a(s) licitante(s) vencedora(s) para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.2 - A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do Conselho da

Justiça Federal, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 14 do Regulamento aprovado pelo Decreto 3.555/2000.

8.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços a(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a realizar o fornecimento a ela(s) adjudicado(s), conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta de preços apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

8.4 - É facultado ao Conselho da Justiça Federal, quando a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços ou recusar-se a assiná-la no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste Edital.

8.5 - A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses.

8.6 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços o Conselho da Justiça Federal não ficará obrigado a adquirir os materiais objeto deste pregão, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de contratação, quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

8.7 - O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando o Conselho da Justiça Federal optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

8.8 - As demais condições constam do Anexo II (Minuta da Ata).

9 – DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

9.1. O faturamento e o pagamento obedecerão ao disposto na Cláusula VII do Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação objeto do presente Pregão correrão à conta de recursos específicos consignados ao Conselho da Justiça Federal no Orçamento Geral da União.

11 – DAS PENALIDADES

11.1. Para os fins previstos no art. 86 da Lei 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da prestação inadimplida, a título de multa de mora por dia em caso de atraso injustificado na execução do ajuste, até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratado.

11.1.1 – Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a Unidade Gestora do CJF deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução da Ata.

11.2. Em caso de inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a licitante vencedora ficará sujeita às seguintes penalidades, a critério da Administração, nos termos do art. 87 da

Lei 8.666/93: **I** - advertência; **II** - multa de 10% (dez por cento) do valor adjudicado; **III** - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por 02 (dois) anos e **IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo.

11.4. O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente a critério da Administração.

11.5. A critério da autoridade competente do Conselho, com fundamento nos Princípios da Proporcionalidade e Razoabilidade, as penalidades poderão ser relevadas ou atenuadas, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados e desde que formuladas, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data em que for oficiada da pretensão no sentido da aplicação da pena.

11.6. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

12 – DO RECURSO, DA REPRESENTAÇÃO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

12.1. Após o Pregoeiro ter declarado o vencedor, os licitantes poderão manifestar a intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, registrando a síntese das suas razões e lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para, querendo, apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões do recurso em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas imediata dos autos.

12.1.1. As razões e contrarrazões de recurso deverão ser encaminhadas preferencialmente via sistema eletrônico do Banco do Brasil, no campo “documentos”.

12.2 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - Além do recurso previsto no item 12.1, dos atos do Pregoeiro ou da autoridade competente ainda cabem:

12.4.1. recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato nos casos de: **I** - anulação ou revogação da licitação; **II** – rescisão do contrato a que se refere

o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93; III - aplicação das penas de advertência, suspensão temporária de participação em licitação ou multa, conforme a Lei nº 8.666/93;

12.4.2. representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou da Ata, de que não caiba recurso hierárquico;

12.4.3. pedido de reconsideração, da decisão do Ministro Presidente do CJF, no caso de aplicação de pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da intimação do ato.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio do Pregoeiro, podendo este reconsiderar sua decisão no prazo de **05 (cinco) dias úteis** ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado. Nesse caso, a decisão deverá ser proferida no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13 – DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

13.1. As impugnações referentes aos termos deste Edital serão apresentadas, por escrito, ao Pregoeiro, com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** da data marcada para a abertura da licitação.

13.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ele pertinente.

13.3. A impugnação deverá ser encaminhada ao Pregoeiro do CJF, no horário das 09h00 às 19h00, através do seguinte endereço eletrônico: cpl@cjf.jus.br.

13.4. O pregoeiro terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para responder à impugnação

13.5 O interessado que tiver dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderá solicitar ao Pregoeiro os esclarecimentos necessários, via e-mail no endereço eletrônico cpl@cjf.jus.br.

13.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimento serão respondidos diretamente às empresas impugnantes/questionantes e disponibilizados no site www.licitacoes-e.com.br, no campo MENSAGENS, no link correspondente a este Edital, para consulta das demais licitantes.

13.6.1. É de responsabilidade das licitantes interessadas na licitação em consultar periodicamente o site acima indicado para verificar as impugnações e questionamentos apresentados e suas respectivas respostas.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos a licitante que não o fizer até o prazo previsto no **item 13** e que depois vier a apontar falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

14.2. O Conselho da Justiça Federal poderá adiar ou revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

e suficiente para justificar tal conduta. Deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

14.3. Serão assegurados aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa nos casos tratados no item anterior.

14.4. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões em conformidade com o estabelecido nos § 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.5. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, em se tratando de recursos, representação ou pedido de reconsideração, será feita em dias úteis, excluída a data de início e incluída a do vencimento.

14.6. O Pregoeiro resolverá os casos omissos com base na legislação vigente.

14.7. As decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas somente após homologadas pelo Ordenador de Despesas do CJF.

14.8. As informações inerentes a esta licitação poderão ser obtidas, pelos interessados, na CPL, localizada no endereço constante no preâmbulo ou pelos telefones **(0XX61) 3022-7510, (0XX61) 3022-7511 ou pelo fax (0XX61) 3022 7512**, em dias úteis no horário das **9:00 às 19:00 horas**.

14.9. O presente Edital estará disponível na Internet nos endereços <http://www.jf.jus.br/cjf/cjf/transparencia-publica> e www.licitacoes-e.com.br e deverá ser consultado constantemente, tendo em vista eventuais esclarecimentos futuros.

14.10. Em caso de dúvidas relativas ao sistema Licitações-e, o licitante deverá entrar em contato com o suporte técnico do Banco do Brasil no telefone 3003-0500 (Capital e Regiões Metropolitanas) ou 0800-7290500 (demais localidades).

14.11. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o foro de Brasília-DF.

Brasília, 11 de maio de 2012.

Rafael de Figueiredo Santos
Pregoeiro do CJF

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2012
PROCESSO N.º CF-EOF-2012/00195
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

LOTE 01					
I T E M	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.1	Água sanitária bactericida. Composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p, produto a base de cloro; embalagem de 1 litro.	UN	865		
1.2	Álcool etílico hidratado. Composição: álcool etílico e hidratado 92,8º acondicionado em frasco de 1 litro.	L	340		
1.3	Desinfetante limpador, desincrustante e desodorizante para remoção de manchas e limpeza de vasos sanitários e mictórios. Composição: ácido clorídrico = 10% – formoldeído, tensoativo não iônico, perfume e corante; embalagem de polietileno com 850 ml.	FCO	103		
1.4	Desinfetante na fragrância pinho fresh concentrado, pode ser utilizado para limpeza diária e conservação de pisos, paredes, vidros banheiros e superfície laváveis. Diluição: 1 litro para até 199 litros de água. Composição: ácido dodecil benzeno sulfônico, alcalinizante, anticorrosivo, emoliente, espessante, hidrótopo, preservante, perfume, solvente, corante e água. Embalagem de polietileno com 5 litros.	GL	10		
1.5	Desinfetante na fragrância floral ou lavanda concentrado, pode ser utilizado para limpeza diária e conservação de pisos, paredes, vidros banheiros e superfície laváveis. Diluição: 1 litro para até 199 litros de água. Composição: ácido dodecil benzeno sulfônico, alcalinizante, anticorrosivo, emoliente, espessante, hidrótopo, preservante, perfume, solvente, corante e água. Embalagem de polietileno com 5 litros.	GL	20		

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.6	Desinfetante na fragrância cítrico (limão verde) concentrado pode ser utilizado para limpeza diária e conservação de pisos, paredes, vidros banheiros e superfície laváveis. Diluição: 1 litro para até 199 litros de água. Composição: ácido dodecil benzeno sulfônico, alcalinizante, anticorrosivo, emoliente, espessante, hidrótopo, preservante, perfume, solvente, corante e água. Embalagem de polietileno com 5 litros.	GL	10		
1.7	Detergente líquido neutro. Composição: alquibenzeno sulfonato de sódio, alquibenzeno sulfonato de trietanolamina, sulfato de magnésio, EDTA, formol, corante, perfume e água. Frasco de 500 ml.	FCO	180		
1.8	Detergente neutro , superconcentrado, para limpeza de veículos, com diluição de 1litro do produto em até 200 litros de água. Composição química: lauril éter sulfato de sódio, dodecil benzeno sulfonato de sódio, corante e conservante. Embalagem de polietileno com 5 litros.	GL	50		
1.9	Limpador instantâneo multi-uso em spray para limpeza de cozinha, banheiros, pias, azulejos, plásticos e esmaltados, fogões e superfícies laváveis, indicador para remover gorduras, fuligem, poeira. Composição: tripolifosfato de sódio, metassilicato de sódio, butilglicol, tensoativo aniônico, alcanilizante, copolímero de silicone, álcool etílico, na fragrância lavanda, preservante 37% e água. Embalagem de polietileno contendo 500 ml.	FCO	347		
1.10	Limpador em aerosol , com ação espumante. Composição: orto fenil fenato, metassilicato de sódio, carbonato de sódio, edta de sódio, hidróxido de amônio, dodecil benzeno sulfonato de sódio, álcool etílico, perfume, água e propelente. Embalagem de 400 ml	FCO	220		
1.11	Limpador renovador de brilho em pisos impermeabilizado galão de 5 litros. Composição: nonil fenol poliglicol, Peter, solvente, plastificante, atenuador de espuma, dispersante, emulsificantes, conservante, fragrância, corante e veículo.	GL	18		
1.12	Restaurador de brilho para pisos galão de 5 litros. Composição: emulsão de polímeros acrílicos, emulsão de polietilenos acrílicos, emulsão de agentes nivelantes, tensoativo fluorado, plastificantes, fumárica, preservante, veículo q.s. p	GL	50		

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1.13	Pasta de limpeza embalagem de 500 gramas. Composição: sais de sódio de ácidos graxos glicerina coajuvantes, seqüestrantes, preservastes, essência e água.	UN	50		
1.14	Limpa vidros galão de 5 litros Composição: álcool isopropílico, butilglicol, propanona, e água.	GL	96		
1.15	Detergente ácido limpa pedra galão de 5 litros. Composição Química: Ácido clorídrico, ácido fluorídrico, ácido dodecilbenzeno sulfônico linear, corante e veículo Princípio Ativo: Ácido Fluorídrico à 71% e Ácido Clorídrico à 33% pH (1.0%) = 2,50 à 3,50 Aparência: Líquido Opaco Roxo Densidade = 0,950 à 1,050 g/cm ³ Viscosidade: N.D. Solubilidade em água: 100%	GL	30		
1.16	Limpador BRILHA INOX , concentrado a base de água, óleo mineral, monoetanolamina e butano/propano.	FCO	55		
1.17	Lustra móveis cremoso , fragrância lavanda fresh. Composição: silicone, solvente de petróleo, emulsificante, carbomero, neutralizante, conservante, perfume e água. Frasco de polietileno de 500 ml.	FCO	190		
1.18	Sabão de côco em barra , composição: sabão a base de óleo de côco, alvejante, emoliente e água. Barra com 200g.	UN	45		
1.19	Sabão em barra , composição: sabão a base de sódio, edta, ácido etileno hidroxí difosfônico, formaldeído, hipoclorito de sódio, glicerinado, sorbitol, carbono de cálcio, dióxido de titânico, ácido 4,4" diamino estilbeno 2,2" dissulfônico, corante, perfume e água. Barra com 200g.	UN	280		
1.20	Vaselina líquida frasco de 1 litro	L	05		
TOTAL DO LOTE 01					

LOTE 02					
I T E M	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2.1	Esponja dupla face verde e amarela , de alta qualidade, medindo 110mmx75mmx20mm. Composição: espuma de glicólico e fibra sintética c/ material abrasivo.	UN	145		
2.2	Isqueiro de plástico.	UN	30		
2.3	Flanela amarela medindo 60cmx40cm, composição 100% algodão.	UN	75		

PODER JUDICIÁRIO
 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.4	Flanela branca medindo 60cmx40cm, composição 100% algodão.	UN	130		
2.5	Purificador manual de ambientes em aerosol , fragrância lavanda, frasco de 400 ml.	UN	55		
TOTAL DO LOTE 02					

LOTE 03					
ITEM	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3.1	Estopa branca alvejada de 1ª qualidade (FARDO DE 50KG)	UN	01		
3.2	Sacos descartáveis para aspirador Electrolux com capacidade para 20 litros, em embalagem com 3 (três) unidades.	UN	10		
3.3	Saco de algodão alvejado para limpeza geral, med. 45x70cm, composição 100% algodão	UN	140		
3.4	Panos alvejados para copa	UN	192		
TOTAL DO LOTE 03					

LOTE 04					
ITEM	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4.1	Sabonete líquido loção cremosa concentrada para higienização das mãos com auto poder hidratante e suave fragrância, com suporte em regime de comodato, totalizando 100 (cem) saboneteiras. Composição: dietanolamida de ácido graxo, lauril éter sulfato de sódio, cocoamidopropil betaína, propileno glicol, aloe estrato, diestearato de glicol, lanolina etaxilada, hidantoína, fragrância e água. Embalagem: refil de 800ml.	UN	400		
4.2	Carga de purificador tipo prolim , para o uso em dosadores automáticos, com suporte em regime de comodato, totalizando em 50 (glicólico) dosadores. Composição: isopar, etanol, propano, glicól e fragrância; peso líquido 140 gramas.	UN	145		
TOTAL DO LOTE 04					

PODER JUDICIÁRIO
 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE 05					
ITEM	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
5.1	Balde plástico com tampa 60 litros	UN	24		
5.2	Balde plástico 10 litros com alça e bordas lisa	UN	35		
5.3	Balde plástico 15 litros com alça e bordas lisa	UN	35		
5.4	Pulverizador manual de produtos líquidos, 500 ml, embalagem de PVC, transparente	UN	75		
5.5	Vassoura de nylon para limpeza pesada. Especificação: Vassoura de Nylon dura 30 cm, ideal para esfregar.	UN	25		
5.6	Vassoura de pelo 30 cm c/ cabo, composição: material sintético, cerda natural, madeira, pigmento e metal	UN	25		
5.7	Vassoura para vaso sanitário em nylon com cabo em 19li med. 40 cm.	UN	25		
5.8	Vassoura pita para lavagem de veículos pesados.	UN	05		
5.9	Rodo duplo 40 cm com cabo em madeira	UN	150		
5.10	Rodo duplo 60 cm com cabo em madeira	UN	200		
5.11	Rodo simples 30 cm com cabo em madeira	UN	30		
5.12	Rodo de alumínio com borracha de 80 cm e cabo de alumínio extensão de 1,50 metros	UN	25		
5.13	Dispenser para papel toalha interfolhado 2 dobras, em plástico ABS (alta resistência) cor branca, com aproximadamente 27,7 m de largura, 32 cm de altura e 12,8 cm de profundidade com chave e trava de segurança	UN	30		
5.14	Dispenser de parede para sabonete liquido perolizado, em ABS, com reservatório de 800 ml, cor branca não transparente, bordas arredondadas	UN	30		
5.15	Escova de limpeza para teclado de computadores. Especificações:escova de limpeza do teclado Material: Body/pp; Cerda/animal de estimação Produtos Size9.8.3*3*5.2CM Embalagem da unidade: 1pcs/polybag Qty do bloco: 440pcs/ctn	UN	20		
TOTAL DO LOTE 05.....					

PODER JUDICIÁRIO
 CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE 06					
ITEM	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6.1	Cera impermeabilizante metalizada autobrilhante antiderrapante com brilho molhado especialmente formulado para uso em pisos que requeiram alta resistência ao trânsito e brilho espontâneo com aspecto de molhado, para uso em pisos laváveis, tais como: paviflex, mármore, granito, rendimento: 60 a 70 m ² /litro. Composição química: emulsão de polímeros, acrílicos, emulsão de ceras polietilênicas, solvente glicólico, plastificante, nivelante, metalizante e água. Embalagem de polietileno com 5 litros.	GL	70		
6.2	Detergente removedor de ceras e impermeabilizantes , diluição: para remoção de pisos impermeabilizados: 1 litro para 4 litros de água. Composição: Bultilglicol, solvente, tensoativo aniônico, alcalinizante, perfume e água. Características físico-químicas: Embalagem polietileno com 5 litros.	GL	145		
6.3	Selador para pisos , com base para acabamento galão de 5 litros	GL	110		
TOTAL DO LOTE 06					

LOTE 07					
ITEM	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
7.1	Copo descartável de 200 ml , para água, confeccionado em polipropileno, 1ª linha, natural e atóxico na cor branca, isentos em bordas afiadas e rebarbas, massa mínima de 2,20g, conforme NBR 14865, embalado em saco plástico de polietileno, com 100 unidades cada, acondicionados em caixa de papelão com 2.500 (dois mil quinhentas) unidades.	Cx	100		
TOTAL DO LOTE 07					

LOTE 08					
ITEM	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
8.1	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 100 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor azul , pacote com 100 unidades. Dimensões: aproximadamente 75 x 90 cm	PCT	120		
8.2	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 60 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor azul , pacote com 100 unidades. Dimensões: aproximadamente 65 x 80 cm	PCT	90		
8.3	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 23 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor azul , pacote com 100 unidades. Dimensões: aproximadamente 40 x 60 cm	PCT	30		
8.4	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 60 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor amarela , pacote com 100 unidades.	PCT	50		
8.5	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 60 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor vermelha , pacote com 100 unidades.	PCT	50		
8.6	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 60 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor marrom , pacote com 100 unidades.	PCT	50		
8.7	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 60 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor verde , pacote com 100 unidades	PCT	50		
8.8	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 60 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor cinza , pacote com 100 unidades	PCT	50		
8.9	Saco plástico em polietileno , para coleta seletiva, capacidade para 40 litros, espessura 12 micras, de 1ª qualidade, reforçado, na cor azul , pacote com 100 unidades	PCT	60		
8.10	Saco plástico em polietileno , para lixo com capacidade para 100 litros , com 12 micras de espessuras, de 1ª qualidade reforçado, na cor preta , pacote com 100 unidades. Dimensões aproximadas: 75x90cm	PCT	120		

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.11	Saco plástico em polietileno , para lixo com capacidade para 60 litros , com 12 micras de espessuras, de 1ª qualidade reforçado, na cor preta , pacotes com 100 unidades. Dimensões aproximadas: 65x80cm	PCT	90		
8.12	Saco plástico em polietileno , para lixo com capacidade para 20 litros , com 12 micras de espessuras, de 1ª qualidade reforçado, na cor preta , pacotes com 100 unidades. Dimensões aproximadas: 39x58cm	PCT	20		
TOTAL DO LOTE 08.....					

LOTE 09					
I T E M	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
9.1	Disco removedor ref. 380 mm, diâmetro 2 cm espessura. Composição: fibra sintética.	UN	40		
9.2	Disco restaurador ref. 380 mm, 40 cm de diâmetro 2 cm espessura. Composição: fibra sintética.	UN	20		
9.3	Disco lavador ref. 380 mm, 40 cm de diâmetro 2 cm espessura. Composição: fibra sintética.	UN	40		
9.4	Disco removedor ref. 510 mm, 40 cm de diâmetro 2 cm espessura, tipo espuma	UN	25		
9.5	Disco restaurador ref. 510 mm, 40 cm de diâmetro 2 cm espessura, tipo espuma	UN	10		
9.6	Disco lavador ref. 510 mm, 40 cm de diâmetro 2 cm espessura. Composição: fibra sintética.	UN	35		
9.7	Escova de nylon para enceradeira industrial, marca cleaner 510 mm com flange	UN	05		
9.8	Suporte instalock para enceradeira industrial marca cleaner 380 mm com flange	UN	08		
TOTAL DO LOTE 09.....					

LOTE 10					
I T E M	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
10.1	Papel higiênico branco suave , produto de fibra virgem com alto grau de alvura não esfarela no uso, folha dupla picotada e gofrado, rolo de 30 metros. Composição 100% pura celulose.	RL	17000		

PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.2	Papel toalha , picotado, branco luxo, medindo 22,5x21cm, fardo contendo 08 pacotes com 250 folhas, num total de 2000 folhas cada com três dobras. Composição: 100% fibra celulósica com extrato e algodão.	FDO	2000		
10.3	Papel higiênico rolo branco folha simples 8x300m 100% celulose	CX	60		
TOTAL DO LOTE 10					

LOTE 11					
I T E M	MATERIAL	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
11.1	Cera líquida protetora , vasilhame 500 ml. Composição: Água, glicerina, silicato de alumínio, destilado de petróleo, dimetil siloxana e butoxietanol.	FCO	45		
11.2	Esponja para limpeza de veículos . Características: Esponja de espuma especial para lavagem automotiva. Flexível e sem abrasivos. Absorvente e durável, não risca a pintura se utilizada corretamente e não retém resíduos.	UN	55		
11.3	Silicone líquido pretinho para pneus, de primeira qualidade, vasilhame de 5L.	UN	15		
11.4	Desengraxante , vasilhame de 5L. Composição: produto a base de água, monoetandamina, tensoativos não iônicos, tensoativos catiônico, álcool etílico éter etilenoglicol mono – 2 etil-hexil, éter dietilenoglicol mono-2etil-hexil, solvente, alcalinizantes, fragância e corantes.	UN	15		
11.5	Shampoo automotivo super concentrado , vasilhame de 5L – composição: tensoativo aniônico neutralizante, carga opacificante, coadjuvante, conservante, essência corante de veículo.	UN	30		
TOTAL DO LOTE 11					

- Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento.
- Informar o prazo de entrega dos materiais que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias.
- Informar que só entregará os materiais antes do transcurso de 1/3 do prazo de validade

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2012
PROCESSO CF-EOF-2012/00195
TIPO MENOR PREÇO POR LOTE
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2012

Aos _____ dias do mês de _____ de 2012, a União por intermédio do **Conselho da Justiça Federal**, CNPJ nº 00.906.588/0001-88 e sede no **SCES LOTE 09, TRECHO III, POLO 08, 3º Andar, Sala 47, Brasília-DF**, Prédio do Conselho da Justiça Federal, Brasília-DF, neste ato representado por sua Secretária-Geral, EVA MARIA FERREIRA BARROS, brasileira, solteira, portadora da C.I, nº XXXXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX residente e domiciliada neste Capital no uso das atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado CJF, RESOLVE, REGISTRAR OS PREÇOS dos fornecedores constantes do anexo desta ata, vencedores do Pregão nº 0xx/2012 sob o regime de compras pelo Sistema de Registro de Preços para o **PARA COPA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS VEÍCULOS OFICIAIS E INSTALAÇÕES PREDIAIS**, observadas as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, Decreto 3.931/2001 alterado pelo Decreto nº 4.342/2002, Lei Complementar 123/2006, e art.15, inciso II da Lei nº 8.666/93, no que consta do Processo nº CF-EOF-2012/00195 e condições a seguir:

1 – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o fornecimento de materiais de para copa, conservação e limpeza dos veículos oficiais e instalações prediais constante do seu anexo único e das propostas das empresas vencedoras que passam a fazer parte integrante desta Ata.

2 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

3 – DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A administração, ou gerenciamento da presente Ata caberá à Coordenadoria de Compras do CJF auxiliada pelas Seções de Serviços Gerais e de Almoxarifado.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que comprovada a vantagem.

4.1.1 A utilização referida neste item deverá observar o quantitativo de até cem por cento do total registrado na Ata de Registro de Preços.

4.1.2. Para cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º xx/2012.

4.1.3. Os preços a serem praticados em cada solicitação durante a vigência desta Ata, serão os registrados e constantes da proposta apresentada.

4.1.4. O CJF exigirá, por ocasião da emissão de cada Nota de Empenho a comprovação de regularidade do INSS-CND, do FGTS-CRF, da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

5 – DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

5.1 - Os preços ofertados, as especificações por lotes, a estimativa de consumo anual, quadro classificatório com preços iniciais e finais, da empresa vencedora e das que se dispuserem a ter seus preços registrados ao preço da primeira colocada, empresa(s) e representante(s) legal, encontram-se enunciados na presente Ata de Registro de Preços.

5.2 – Os preços a serem praticados serão os registrados e constantes da proposta da empresa detentora da ata.

5.3 – Durante a vigência desta Ata a empresa detentora do Registro de Preços assume o compromisso de fornecer os materiais nas quantidades máximas e nos preços registrados.

6 – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. Os materiais objeto deste registro de preços serão entregues na Seção de Almoxarifado do Conselho da Justiça Federal, de segunda a sexta-feira, no horário de 9:00 às 18:00 horas, no Edifício da Gráfica do CJF, situado no SCES LOTE 09, TRECHO III, PÓLO 08 – Brasília – DF, ou outro local, em Brasília, solicitado pelo CJF.

6.1.1 - Caso ocorra alteração no endereço informado no item 6.1, o CJF oficiará à empresa detentora da Ata do novo local de entrega dos materiais de expediente.

6.2 – Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de XX(XXXX) dias corridos contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

6.2.1 – Os prazos de entrega só poderão ser prorrogados em casos excepcionais observados os seguintes requisitos mínimos:

- a) o pedido deverá ser formulado por escrito;
- b) o prazo para encaminhamento não poderá ultrapassar o prazo previsto para entrega do material; e
- c) os motivos alegados pela empresa deverão basear-se em fatos supervenientes ou imprevisíveis devidamente comprovados;

7 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. O recebimento e a aceitação dos materiais obedecerão, no que couber, ao disposto no Art. 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei n.º 8.666/93.

7.1.1 – O recebimento dos materiais ficará a cargo do Chefe da Seção de Almoxarifado, ou por servidor designado para este fim. Os materiais, suprimentos ou

componentes de informática serão recebidos em parceria com a Secretaria da Tecnologia da Informação.

7.2. Os materiais fornecidos deverão estar acondicionados em sua embalagem original lacrada, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade.

7.2.1. Os materiais que apresentarem desconformidade com o padrão exigido, defeito ou embalagem violada, deverão ser substituídos pela empresa no mesmo prazo do fornecimento, sem qualquer ônus para o CJF.

7.3 - Os materiais sujeitos a prazo de validade deverão ser entregues antes de transcorridos 1/3 (um terço) do seu prazo de vencimento, devendo conter o nome do fabricante e a data de fabricação e de vencimento, expostos visivelmente ou de forma padronizada na embalagem do mesmo, não devendo conter rasuras ou adesivo sobreposto no rótulo.

7.4 - O pagamento será efetuado somente após o recebimento definitivo. Esse caracterizar-se-á pela aposição do Atesto no verso da Nota Fiscal de cobrança, que ficará a cargo da Seção de Almoxarifado. Após o recebimento definitivo, o crédito será realizado em conta corrente bancária através de ordem bancária, a qual será emitida até o décimo dia útil. Na Nota Fiscal de cobrança deverá constar o número da conta corrente, o nome do banco e o código da agência da empresa.

7.4.1. Constatadas irregularidades nos materiais, quando da entrega, o CJF poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou cancelamento da Nota de Empenho, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a empresa deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Seção de Almoxarifado, no prazo máximo de 5 dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou cancelamento da Nota de Empenho, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a empresa deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Seção de Almoxarifado no prazo máximo de 5 dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

7.5 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente, o cumprimento de qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.5.1 – O pagamento efetivado na forma aqui mencionado não gera direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8 – DA AQUISIÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

8.1 - Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante solicitação da Seção de Almoxarifado do Conselho da Justiça Federal, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e nas determinações contidas na legislação pertinente.

8.2 - Os fornecimentos serão processados mediante emissão de Solicitação de Fornecimento, solicitadas pelo setor requisitante.

8.2.1 - Após vencido o prazo de validade da proposta da licitação, a área gestora da ata operacionalizará pesquisa de mercado e, constatado que o preço registrado continua sendo o mais vantajoso para a Administração enviará à Subsecretaria de Execução Orçamentária e Financeira para emissão da Nota de Empenho.

8.3 - Os fornecimentos somente serão efetivadas por este registro de preços quando se apresentarem mais vantajosas para Administração.

8.3.1 - Na ocorrência de preços mais vantajosos no mercado, os materiais solicitados somente poderão ser adquiridos do fornecedor com preços registrados caso este concorde em sua redução.

8.4 - As solicitações a serem realizadas durante o prazo de validade deste registro de preços serão firmadas por meio de Nota de Empenho.

8.5 - Serão aplicadas às solicitações provenientes do presente registro de preços no que couber, o disposto no Capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93, com suas respectivas alterações.

8.6 - O fornecedor se obriga a manter, durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação que ensejaram a presente Ata.

8.7 - O fornecedor com preço registrado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações e supressões que se fizerem necessárias, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

8.8 - Será de responsabilidade do fornecedor que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados ao Conselho da Justiça Federal ou a terceiros ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Nos termos do art. 86, da Lei n.º 8.666/93 fica a empresa, em caso de atraso injustificado na execução do ajuste, sujeita à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor da prestação inadimplida.

9.2. Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, a Unidade Gestora do CJF deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade do fornecimento.

9.3. Não havendo mais interesse do CJF no fornecimento, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da empresa detentora da Ata de qualquer das condições avençadas, fica estipulada a multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total pactuado, nos termos do inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666/93.

9.4. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a empresa detentora da Ata nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93, e nas disposições da Lei n.º 10.520/02.

9.5. O valor da multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CJF ou cobrado judicialmente.

9.6. As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade e Razoabilidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

9.7. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

10. DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata de Registro de Preços, admitida revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial, nos termos da legislação que rege a matéria.

10.2. O reajustamento dos preços registrados somente será possível se autorizado por Normas Federais pertinentes à política econômica.

10.3. Poderão, ainda, a qualquer tempo, serem alterados os preços registrados em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao CJF convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. A Seção de Almoxarifado do Conselho da Justiça Federal reserva-se no direito de proceder, no prazo de 05 (cinco) dias, a inspeção de qualidade dos materiais e registrá-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado.

12 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – A empresa registrada terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços e do Edital;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pelo CJF, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de seu tornarem superiores aos praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público;

e) ocorrer alguma hipótese prevista no art. 78 inciso I a XI, ou XVII, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

12.3 – A empresa registrada poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

12.4 – Poderá, ainda ser cancelado o registro de preços pela detentora quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV a XVI da Lei Federal nº 8.666/93.

13 - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

14 - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. A presente Ata será divulgada na internet no *site*: www.justicafederal.gov.br.

15 - DO FORO

15.1 - As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Integram esta ata, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 18/2012, as propostas de preços, especificações, consumo anual estimado, quadro com a ordem classificatória das empresas seus preços iniciais e finais.

16.2 - O (s) caso (s) omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, aplicando-se subsidiariamente os princípios gerais de Direito Público.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o CJF e a(s) empresa(s), nas pessoas dos seus representantes legais, que depois de lida vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília - DF, ____ de _____ de 2012.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral do
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

FORNECEDORES:

OBS: O Anexo da Ata será a planilha elaborada após a homologação (Anexo I do Edital).